

Plano de Gestão Pernambuco Nação Cultural: consolidando uma Política Pública de Cultura

Anna Karla Trajano de Arruda¹

Luciana Vieira de Azevedo²

Célia Maria Medicis Maranhão de Queiroz Campos³

Teresinha de Jesus Carlos de Araujo⁴

Resumo: Este artigo apresenta a experiência da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – Fundarpe – na consolidação de uma política pública de cultura descrevendo o plano de gestão denominado de Pernambuco Nação Cultural, que vem sendo construído desde 2007 pela atual administração do governo do estado, e cuja principal meta é a institucionalização da Constituinte Estadual de Cultura. Ao mesmo tempo em que é construído, a partir da síntese das prioridades apontadas pelo tecido sócio-cultural em síntese com as diretrizes do programa de Governo Eduardo Campos e o Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil, do Governo Federal, o plano é concomitantemente colocado em prática, através de linhas de ações permanentes e estruturadoras de preservação, fomento, formação, fruição e difusão do patrimônio cultural.

Palavras-chaves: Fundarpe; Plano de Gestão; Políticas Culturais; Pernambuco.

A Fundarpe e seu papel na Política Estadual de Cultura

A Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – Fundarpe – foi instituída em 1973, em pleno período do regime militar, quando predominava um forte controle em todas as manifestações culturais. Relata Menezes (2008) que, a nova instituição se estruturou na figura jurídica de uma Fundação criada pelo Banco de Desenvolvimento de Pernambuco – Bandepe – para ser executora dos projetos e aprovados pelo Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, quanto à restauração e proteção dos bens culturais, notadamente aqueles do passado colonial, espelho do que acontecia a alguns anos na Europa.

A Fundação teve sua independência em relação ao governo durante pouco tempo. Logo em 1975, o Estado de Pernambuco a vinculou pela Lei nº 6.873/75 à Secretaria de Educação e Cultura e depois à de Turismo, Cultura e Esportes, em 1979. Mesmo mantendo seu papel de executar ações de preservação dos monumentos históricos, tal vínculo

¹ Arquiteta-urbanista, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal da Bahia. E-mail: karlarruda@gmail.com.

² Arquiteta-urbanista, Diretora Presidente da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. E-mail: luciana.azevedo@fundarpe.pe.gov.br.

³ Arquiteta-urbanista, Diretora de Preservação Cultural da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. E-mail: dpcultural@fundarpe.pe.gov.br, celiamcampos@gmail.com

⁴ Bacharel em Direito, Gestora do Sistema Estadual de Cultura. E-mail: tecacarlos@hotmail.com

colocou rédeas à Fundarpe caracterizando-a como de administração indireta (MENEZES, 2008). Daí então teria que se sujeitar à organização do Estado, nem sempre de fácil funcionamento.

Entre idas e vindas de vínculos às Secretarias de Educação e de Cultura, ao sabor das mudanças partidárias que assumiam o governo estadual, a Fundarpe tem espelhado, durante seus 35 anos de existência, a ideologia política presente nas posições decisórias do cenário nacional. Em cada tempo, a história da Fundação revela a postura do governo em relação à cultura, desde a retomada da democratização, iniciada com a promulgação da Constituição Federal de 1988, aos estágios subseqüentes da política neoliberal implementada pelo governo federal⁵.

Considerando o cenário político atual de revitalização da cultura, este artigo tem como objetivo apresentar a experiência Fundarpe na consolidação de uma política pública de cultura, descrevendo o plano de gestão denominado de Pernambuco Nação Cultural, que vem sendo construído desde 2007 pela atual administração do governo do estado.

Em consonância com as premissas disseminadas pelo Ministério da Cultura, que seguem os princípios diretores definidos pela UNESCO em seu Relatório Mundial sobre a Diversidade Cultural, divulgado em 2005, o atual governo do estado de Pernambuco tem exercido o seu papel de adotar e implementar políticas para a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais (CALÁBRIA et al, 2008), através da Fundarpe que se tornou o órgão gestor responsável pela formulação, implementação e execução da política pública de cultura do estado, conforme claramente explicitado no Decreto nº 30.391, de 27 de abril de 2007: Anexo I – Regulamento da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, Capítulo I – Da Finalidade e Competência transcrito a seguir

Art. 1º A Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE, pessoa jurídica de direito público integrante da Administração Indireta do Poder Executivo Estadual, vinculada à Secretaria de Educação, dotada de patrimônio próprio, com autonomia administrativa e financeira, tem por finalidade exercer a função de órgão executivo da política cultural do Estado de Pernambuco, promovendo, apoiando, incentivando e divulgando as atividades e manifestações culturais de Pernambuco e do seu povo, através do planejamento operacional da política cultural, da

⁵ Para mais detalhes, ver MENEZES, J. L. M.. **Ainda chegaremos lá: história da FUNDARPE**. Recife: FUNDARPE, 2008. 240 p., que relata a trajetória da Fundarpe durante seus 35 anos de existência.

preservação e difusão cultural, do desenvolvimento de projetos especiais e estruturadores, e da Gestão do Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura – FUNCULTURA”.

Pela primeira vez no Estado, está sendo estruturada uma política pública de cultura, arquitetada em bases democráticas e regionalizadas. Desde o início da gestão Eduardo Campos, a Fundarpe ouve a comunidade cultural (artistas, agentes e produtores), os representantes do governo e da sociedade civil em Fóruns Regionais por linguagens artísticas. A partir das deliberações da I Conferência Estadual de Cultura, realizada em março de 2007, em síntese com as diretrizes do programa de Governo Eduardo Campos e o Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil, do Governo Federal, a Fundação iniciou a construção de um modelo de política pública de cultura, representada pelo seu Plano de Gestão denominado “Pernambuco Nação Cultural”.

Ao mesmo tempo em que é construído, o Plano é, concomitantemente, colocado em prática, através de linhas de ações permanentes e estruturadoras voltadas à preservação, fomento, formação, fruição e difusão do patrimônio cultural.

Para a construção da política estadual de cultura, a Fundarpe adotou como princípio o desenvolvimento sustentável a partir da cultura, enfatizando suas dimensões simbólica, cidadã e econômica a partir de ações que ensejam a inclusão sociocultural, a universalização do acesso à cultura, o respeito às identidades e a diversidade cultural, a integração regional das doze Regiões de Desenvolvimento⁶ - RD e a transversalidade com as demais políticas públicas.

Na visão da atual administração da Fundação, são razões para investir no desenvolvimento sustentável a partir da cultura:

- a Cultura/ produtos culturais atua de forma transversalizada, envolvendo todas as políticas públicas e, no caso de Pernambuco, dialoga com importantes setores dinâmicos da economia como: turismo, moda e confecção, tecnologia da informação e comunicação.
- é um instrumento para enfrentamento das disparidades regionais, pois é abrangente em relação ao público-alvo, desde pequenos grupos ou manifestações até produtos com escala industrial;

⁶ As Regiões de Desenvolvimento – RD é uma divisão político-administrativa do estado, adotada no macroplanejamento das políticas públicas para os territórios de: Sertão de Itaparica, Sertão do São Francisco, Sertão do Araripe, Sertão Central, Sertão do Pajeú, Sertão do Moxotó, Agreste Meridional, Agreste Central, Agreste Setentrional, Mata Sul, Mata Norte e Região Metropolitana do Recife.

- é conteúdo básico para todos os meios de comunicação na era da globalização da informação, atingindo a todas as camadas da sociedade, estados e países, ou seja, é responsável pela difusão da imagem de um povo, divulgando a sua identidade.

A gestão desse novo modelo de política estadual de cultura vem sendo coordenada pela Fundarpe, em interação com as Secretarias Estaduais de Educação e de Cultura, e partilhada com o tecido cultural a partir de quatro eixos de atuação, a saber:

- **Eixo 1** - Constituinte Cultural: institucionalização da política pública de cultura. A concretização desse novo modelo deve acontecer com a instituição da Lei de Política Pública de Cultura ou Constituinte Cultural de Pernambuco, formada por um Plano Diretor de Cultura para um horizonte de doze anos e pela consolidação do Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura – Funcultura. Vislumbra-se um pioneirismo nessa experiência, pois será a primeira lei de política pública de cultura, em nível estadual, instituída no Brasil. O projeto de lei vai regulamentar o papel do Estado frente à cultura, através da instituição de diretrizes, estratégias, princípios e objetivos; e também o modelo de cogestão com a criação do Sistema Estadual de Cultura em sintonia com o Sistema Nacional de Cultura, definindo os instrumentos de planejamento e fundos de sustentabilidade que estruturarão frentes sistêmicas de atuação a curto, médio e longo prazo.
- **Eixo 2** – Dinamização da Rede de Museus e Equipamentos Culturais: regionalização e territorialização da Política Pública nas RD. Com a identificação, definição e implementação das estações culturais nas 12 RD e no arquipélago de Fernando de Noronha, a partir da recuperação física de museus e equipamentos culturais, essas funcionarão em sistema de rede como equipamentos âncoras da política pública de cultura por linguagens e por região.
- **Eixo 3** – Desenvolvimento das ações permanentes e estruturadoras de preservação, fomento, formação, fruição, difusão e potencialização da economia da cultura.

NA PRESERVAÇÃO, a execução de levantamentos, pesquisas, classificação, registros, tombamentos, inventários, orientação em análise de projetos, planos de salvaguarda, desenvolvimento de planos específicos para o patrimônio

material e imaterial visando a potencialização do pertencimento social, a conservação da memória histórica do povo pernambucano, a difusão de seus valores, formadores de modelos e inspiradores de trajetórias de futuro.

NO FOMENTO, o incentivo à produção cultural pelo Funcultura através de editais, democratizando o acesso com base nas prioridades identificadas nos Fóruns Regionais por Linguagens, configuradas nos respectivos planos por linhas de ação.

NA FORMAÇÃO, especialmente voltada ao segmento cultural e ao público jovem por meio de cursos, oficinas, seminários e práticas institucionais abrangendo:

- Gestão cultural
- Qualificação profissional nas diversas linguagens
- Formação para o desenvolvimento da cadeia produtiva
- Qualificação, em nível técnico, em educação patrimonial e inclusão digital.

NA FRUIÇÃO e Conexão, a partir do Calendário Cultural e dos Festivais Pernambuco Nação Cultural nas 12 RD: intercâmbio com outros estados e países com o apoio do MinC em eventos como o Conexão Nordeste e as Embaixadas Culturais; e a dinamização da Agenda Cultural de Pernambuco, integrando o calendário da produção independente e os projetos fomentados pelo Funcultura.

Eixo 4 – Comunicação e Difusão Cultural.

O marketing, a comunicação e a difusão cultural são instrumentos estratégicos que colocam a produção cultural de Pernambuco em evidência, de forma acessível, em escala, para que efetivamente possa ser ressignificada simbolicamente e economicamente pelo seu povo, integrada aos espaços do Sistema Nacional de Cultura – SNC.

Os eixos acima descritos compõem o Plano de Gestão, enquanto diretrizes para a política em gestação. Em termos práticos, o desenvolvimento do Plano parte de uma visão territorializada, tendo como objetivo geral integrar os esforços de potencialização das ações culturais no contexto das 12 RD e do arquipélago de Fernando de Noronha,

materializadas em um sistema de gestão integrada, racionalizado e dinamizado sob o ponto de vista da articulação intra-governamental.

O Plano de Gestão Pernambuco Nação Cultural

Buscando um caráter participativo, o Plano de Gestão se estrutura a partir de um modelo de diálogo democrático do Estado com o tecido social e cultural para assegurar o espaço da sociedade na construção das políticas públicas. “A dimensão simbólica da cultura traz em si mesma a distinção de papéis entre sociedade e Estado. Cabe à sociedade a produção cultural. Ao Estado, na condição do executor de políticas públicas, seu papel é ser agente de fomento, dinamização, preservação de bens e produção cultural, democratizando e universalizando o acesso da população a sua própria cultura e aos processos da formação cidadã por meio da área cultural”, afirma a Diretora Presidente da Fundação em suas palestras.

Durante a construção do Plano, foram identificadas unidades espaciais para planejamento denominadas de territórios culturais⁷ - que, por sua vocação e características, peculiares se conectam em todo o Estado, e são assim definidas:

- os Territórios Polo da Política Pública de Cultura – papel de articulação da política pública de cultura e locus do modelo de cogestão regional e da difusão cultural;
- os Território de Conexão – catalisador das diversidades culturais. Com o papel de conectar as linguagens e expressões da região na qual está inserido com as demais regiões;
- os Territórios de Singularidade – locus de fortalecimento de singularidade culturais que o caracterizam, de difusão e conexão deste ativo cultural com outros territórios histórico-culturais;
- os Territórios de Valorização Cultural – comunidades de vulnerabilidade social, que terão a política pública de cultura potencializada nesta escala, e

⁷ No Plano de Gestão (2009, p. 18), os territórios culturais são assim caracterizados: “representam o reconhecimento das identidades e diversidade da geografia cultural do Estado. Ricos em simbologias culturais, fincados no seu processo de construção dos credos, valores, organização social, manifestações artísticas, econômicas e históricas com a presença de diferentes etnias e identidades regionais, os territórios culturais assumirão papéis de articulação, desenvolvimento, conexão, preservação e difusão da cultura na região por meio do modelo de cogestão e de planos espelhados na política pública de cultura”.

transversalizada com as demais políticas, na garantia da consolidação de bases adequadas para o desenvolvimento da cidadania e igualdade de oportunidades.

▪

Correspondendo a cada um dos eixos de atuação da política pública de cultura, o Plano de Gestão tem desenvolvido um conjunto de ações estruturadoras e sistêmicas, as quais são detalhadas nos itens a seguir.

I. Eixo 1 - Constituinte Cultural: institucionalização da política pública de cultura

Para a elaboração da Constituinte Cultural foi estruturado um modelo de cogestão (Figura 1), no qual representantes dos tecidos socioculturais eleitos nos Fóruns Regionais e os gestores públicos dialogam nas plenárias dos “canais de construção conjunta”, como denomina o modelo, que são o Conselho da Política Pública de Cultura, as Comissões e Fóruns por Linguagens e por Regiões de Desenvolvimento, e a Conferência Estadual da Política de Cultura.

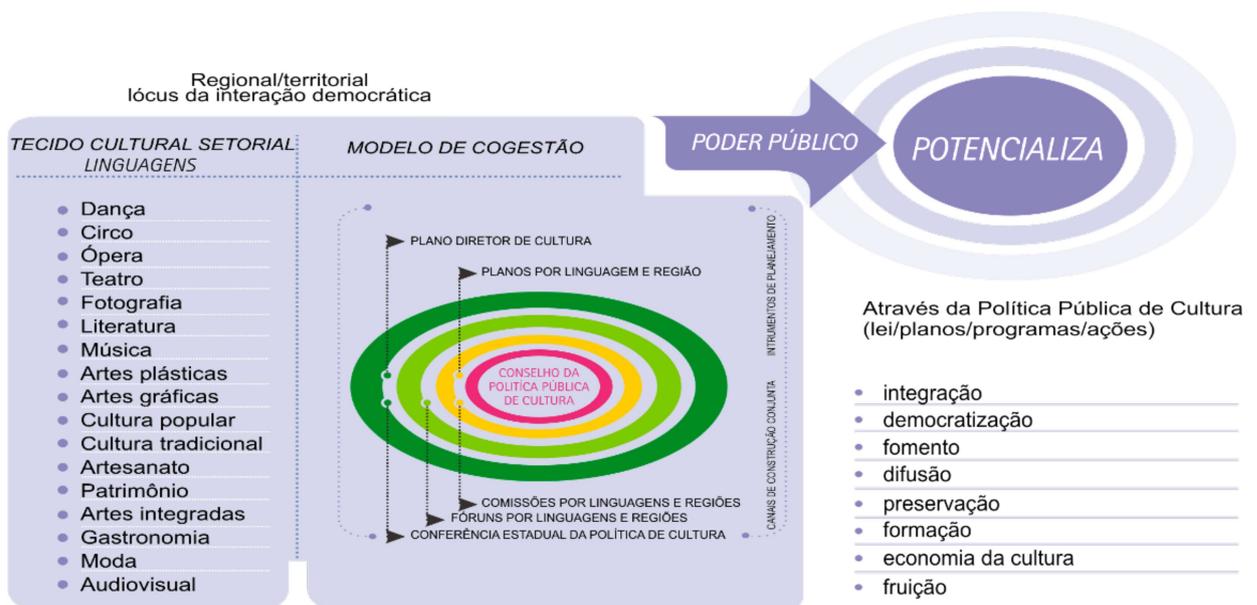


Figura 1 – Modelo de Cogestão
Fonte: FUNDARPE, 2009

A construção do modelo de cogestão iniciou-se com a realização dos 13 Fóruns Regionais e a constituição, respectivamente, das 13 comissões correspondentes as RD e ao

arquipélago de Fernando de Noronha. Em cada Fórum Regional, foram realizados outros 15 fóruns correspondentes às linguagens artísticas e também constituídas suas respectivas comissões. De forma geral, nos fóruns são definidas as prioridades de cada Linguagem e Região de Desenvolvimento, que são viabilizadas a partir dos editais do Funcultura e seus resultados avaliados para redefinição de novas metas.

Ao longo desses três e anos e meio de governo, foram realizados ao total 111 fóruns e, com base no processo acima descrito, serão construídos os Planos Regionais por Linguagem das 12 RD.

II. Eixo 2 – Dinamização da Rede de Museus e Equipamentos Culturais: regionalização e territorialização da política pública nas RD

Para a instalação da Rede Cultural, como denomina o Plano, encontram-se em andamento as seguintes ações: estruturação do modelo de gestão das Estações Culturais e definição de suas políticas em relação às linguagens artísticas, as linhas de ação da política pública de cultura; e estruturação das Células Culturais nas escolas da rede estadual de ensino. Na Rede Cultural, a implementação da Estação Central Cultural objetiva a sua atuação como espaço catalisador das ações da política pública de cultura em todo o Estado, executadas nas demais Estações Culturais (Figura 2), para conectar as linguagens artísticas em cada região, os Pontos de Cultura e as Células Culturais, potencializando o seu desenvolvimento integrado.



Figura 2 – Rede com indicação dos equipamentos culturais âncoras por Região de Desenvolvimento. Os equipamentos marcados foram recuperados e estão em atividade.
Fonte: FUNDARPE, 2009

Também está prevista a implantação da Estação Virtual do Conhecimento, em parceria com Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, núcleo da rede de equipamentos por linguagens (Figura 3).

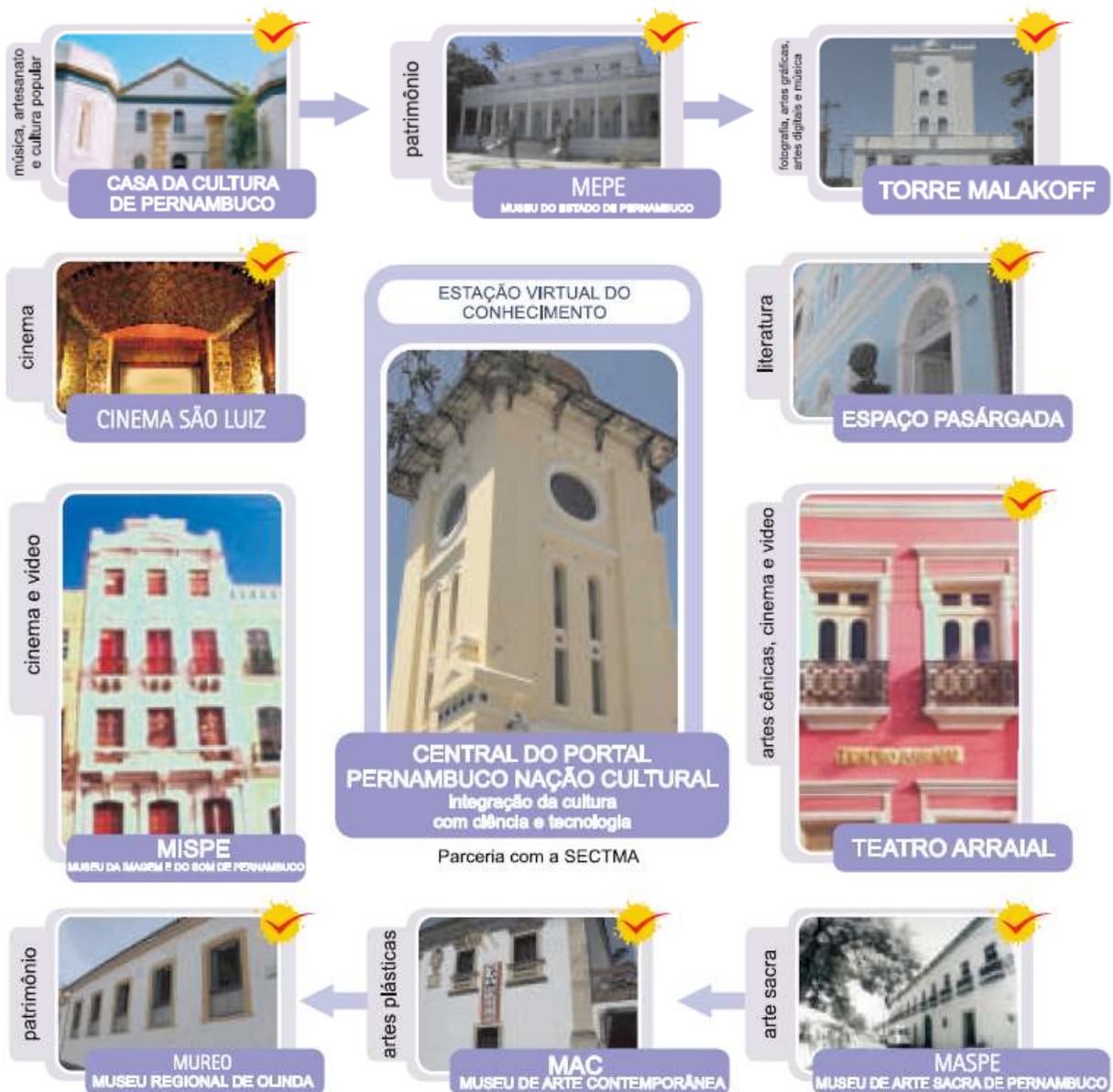


Figura 3 – Rede com indicação dos equipamentos culturais âncoras por Linguagem.
Os equipamentos marcados foram recuperados e estão em atividade.
Fonte: Fundarpe, 2009

Em parceria com o Programa Mais Cultura do MinC, os 120 Pontos de Cultura do estado inserem-se na Rede Cultural com a perspectiva de, muito além do resgate de tradições, da articulação de manifestações populares a da difusão da cultura de raiz, o empoderamento desses grupos frente as políticas públicas e como estratégia na qualificação da população jovem para formar novas plateias, caracterizadas pelo olhar crítico comprometido com a preservação e difusão da cultura popular, sua recriação e ressignificação.

As escolas, como lócus da educação básica, recebem as Células Culturais para nelas serem desenvolvidas ações voltadas à formação cidadã e conhecimento da cultura pernambucana, através de uma interação com os Pontos de Cultura. O ambiente-célula é composto por um núcleo com professores e alunos, e cuja estrutura física possui um espaço de leitura da produção pernambucana, um estúdio multimídia em conexão com o Portal Pernambuco Nação Cultural (<http://www.nacaocultural.pe.gov.br/>), complementados pela interatividade com as Estações Culturais. São atividades previstas para acontecer nas Células as aulas-espetáculo promovidas pelo Patrimônio Vivo, mostras, vivências, debates e encontros com representantes do tecido cultural.

A partir das Células Culturais, a política também objetiva prevenir e reduzir a violência nos estratos mais vulneráveis da população e locais de maiores índices de criminalidade, com propostas para um processo de mudança dos valores sociais desencadeadores dessa violência. Dessa forma, com a instituição da política pública de cultura, a criação de oportunidades para o desenvolvimento social equilibrado e melhoria das condições de vida da população dos territórios do Pacto pela Vida⁸, dar-se-ão pela superação dos seguintes desafios:

⁸ Atualmente, tem-se 14 comunidades que integram os territórios do programa Pacto pela Vida e que recebem ações culturais de resgate da cidadania. Em Recife, são as comunidades de Arthur Lundgren I e II, Peixinhos, Ibura Milagres / Pantanal, Ibura UR5, UR10, Três Carneiros, Ibura Jordão, Várzea, Boa Viagem, Pina, Prazeres, Nova Descoberta, Coque, Santo Amaro e Imbiribeira. Em Jaboatão dos Guararapes, a comunidade de Ponte dos Carvalhos.

- potencialização de valores culturais que destaquem a função social dos indivíduos frente aos processos de mudança para a consolidação de uma sociedade mais justa, democrática e solidária;
- desconstrução de valores culturais estimuladores da violência;
- reversão do quadro de criminalidade e monitoramento sistêmico, com o redesenho das estratégias de ação;
- consolidação de universos de cidadãos protagonistas das mudanças, conscientes de seus direitos e com condições de disputar oportunidades que gerem melhoras nas suas qualidade de vida;
- desconstrução dos discursos das impossibilidades frente ao desenvolvimento inclusivo da maioria da população como cidadãos portadores de direitos.
- construção de nova identidade coletiva com as comunidades vítimas dos maiores índices de violência, como protagonistas de um novo modelo de sociedade e verdadeiros heróis das adversidades cotidianas da maioria da população.

III. Eixo 3 – Desenvolvimento das ações permanentes e estruturadoras de preservação, fomento, formação, fruição, difusão e potencialização da economia da cultura.

O desenvolvimento das ações permanentes e estruturadoras do Eixo 3 significa a efetivação das intervenções da Fundarpe junto à população, com vistas a assegurar:

- a pesquisa, difusão, fomento a manutenção, restauro e salvaguarda de patrimônios materiais e imateriais;
- o fomento a celebrações dos ciclos, manifestações, desenvolvidas pelo tecido sociocultural e do calendário fixo da política pública de cultura, espelhando o papel do Estado.
- a potencialização da cultura pernambucana e impulsionamento de novas cenas e platéias em um processo permanente e efervescente.
- o impulsionamento da economia da cultura e sua transversalidade com setores dinâmicos da economia do Estado;
- o intercâmbio cultural e articulações em âmbito local, nacional e internacional das identidades e diversidades culturais de Pernambuco.

No Quadro 1 abaixo, estão sintetizadas algumas das intervenções até então realizadas.

Quadro 1 – Síntese das intervenções por linha de ação do Eixo 3 do Plano de Gestão

LINHA DE AÇÃO	CATEGORIA	TIPO DE INTERVENÇÃO	BENS / RESULTADOS
Preservação	Patrimônio Material	Recuperação	<ul style="list-style-type: none"> - Casa Grande, o Museu e o Mausoleu no Parque Asa Branca, no município de Exu; - Capela, Senzala e a Casa do Capitão no Engenho Monjope, no município de Igarassu; - Engenho São João, no município de Itamaracá; - Coberta da Igreja de São Lourenço de Tejucupapo, no município de Goiana; - Igreja de Santo Amaro das Salinas, no município de Recife. - Equipamentos: Cinema São Luiz, Cine Teatro Apollo, Cine Teatro Polytheama, Casa Ermírio de Moraes, Museu do Barro em Caruaru, Cine Teatro Guarani, Memorial do Couro, Museu Regional de Olinda, Museu de Arte Sacra de Pernambuco⁹.
		Estabilização	<ul style="list-style-type: none"> - Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, em Vila Velha, no município de Itamaracá.
		Conservação	<ul style="list-style-type: none"> - Espaço Pasárgada, Teatro Arraial, Casa da Cultura, Museu do Estado de Pernambuco, Torre Malakoff e edifício sede da Fundarpe
		Tombamento	<ul style="list-style-type: none"> - Praças de Burle Marx, Casa de Badia, Estação Ferroviária de Garanhuns, Parque Asa Branca, Casario da Rua da União, Palácio do Governo, Igreja Nossa Senhora de Fátima.

Quadro 1 (continuação) – Síntese das intervenções por linha de ação do Eixo 3 do Plano de Gestão

LINHA DE AÇÃO	CATEGORIA	TIPO DE INTERVENÇÃO	BENS / RESULTADOS
Preservação	Patrimônio Imaterial	Registro	<ul style="list-style-type: none"> - Do Patrimônio Vivo: atualmente tem-se 21 registros¹⁰. A natureza dos saberes e fazeres dos Patrimônios Vivos de Pernambuco e o diálogo entre os mestres e as novas gerações proporcionam uma rica oportunidade de reflexão sobre o desenvolvimento de estratégias de preservação do patrimônio imaterial.
Formação	Educação Patrimonial	Oficinas	<ul style="list-style-type: none"> - Sobre ícones da cultura pernambucana: Mestre Vitalino e Luiz Gonzaga. - Em municípios com destaque do seu patrimônio: Triunfo, Goiana e Igarassu¹¹. - Sobre as rotas turístico-culturais: Cangaço e Lampião, Luiz Gonzaga, Engenhos e Maracatus, Águas da Mata Sul, Costa dos Arrecifes, Da Crença e da Arte; - Realizadas durante os Festivais Pernambuco Nação Cultural com publicação de cartilhas;

⁹ Ver Figura 3, quanto à localização dos equipamentos citados.

¹⁰ Instituída sob o número 12.196 de 02 de maio de 2002, e regulamentada pelo Decreto 27.503 de 2004, a Lei do RPV constitui o Registro do Patrimônio Vivo de Pernambuco e tem como objetivo reconhecer e valorizar as manifestações populares e tradicionais da cultura pernambucana, bem como garantir que os artistas repassem seus conhecimentos às novas gerações de alunos e aprendizes, em suas comunidades ou fora delas. Para mais detalhes sobre cada Mestre Patrimônio Vivo e sua expressão, FUNDARPE. Plano de Gestão Pernambuco Nação Cultural: consolidando uma política pública de cultura. 3.ed. Recife, PE, 2009. 52 p.

¹¹ Em Goiana e Igarassu, as oficinas foram realizadas dentro de projeto de educação patrimonial vinculado ao Programa Monumenta, do governo federal.

			- Em parceria com o Programa “Pernambuco Conhece Pernambuco”.
	Capacitação	Cursos	- Cine Anima, para alunos de escolas públicas de Santo Amaro, em parceria com o Programa “Governo Presente”; - Plano de Preservação do sítio Histórico de Brejo da Madre de Deus, Engenho Massangana e Vila Velha.
		Pós-graduação	- Pós-graduação na área da Economia da Cultura, desenvolvida pela Fundação Joaquim Nabuco e Universidade Federal do Rio Grande do Sul em parceria com a Fundarpe.
Difusão	Publicações	-	- Do livro “Ainda Chegaremos Lá” contando a história dos 35 anos da Fundarpe. - Do <i>website</i> “Mapa Digital de Pernambuco”, com o levantamento dos ativos culturais do Estado georreferenciados, disponível no www.mapadigital.pe.gov.br ; - Cartilhas sobre educação patrimonial nos municípios e regiões; tramites dos processos de tombamentos estaduais; Patrimônios Materiais e Imateriais de Pernambuco.
	Seminários	Semana do Patrimônio	- Sobre aspectos e técnicas para preservação cultural do patrimônio material e imaterial, nos municípios de Recife, Gravatá, Bezerros e Caruaru com visitas a museus, e com capacitação de técnicos de 38 outros municípios que possuem bens tombados em seus territórios.

Quadro 1 (continuação) – Síntese das intervenções por linha de ação do Eixo 3 do Plano de Gestão

LINHA DE AÇÃO	CATEGORIA	TIPO DE INTERVENÇÃO	BENS / RESULTADOS
Fruição	Manifestações Culturais	Calendário Cultural	- Promoção dos ciclos do Carnaval, Libertário, das Paixões, Junino e Natalino;
		Festivais	- Promoção de festivais em Petrolina (celebração do Samba de Véio e São Gonçalo 13 a 18 de abril); São José do Belmonte, (celebração da Cavalgada da Pedra do Reino 25 a 31 de maio); Triunfo, (celebração da Festa do Estudante 6 a 11 de julho); Garanhuns (celebração do Festival de Inverno 16 a 25 de julho); Pesqueira (celebração da Festa da Renascença 3 a 8 de agosto); Taquaritinga do Norte, (celebração da Festa das Dálias 10 a 15 de agosto); Gravatá (celebração da Festa da Estação 17 a 22 de agosto); Arcoverde (celebração do coco e do reisado 24 a 29 de agosto); Floresta (celebração do artesanato e das etnias 7 a 12 de setembro); Cabo de Santo Agostinho (celebração de todas as linguagens 12 a 17 de setembro), e Igarassu (celebração de todas as linguagens 22 a 27 de setembro); Palmares (celebração da literatura e da poesia 23 a 28 de novembro); e Exu (celebração do aniversário de Luiz Gonzaga 8 a 13 de dezembro).
Fomento	-	Editais	- Ampliação do Edital Funcultura (Figuras 4a e 4b); - 1º Edital de Cinema: Cine Mais Cultura (Figura 4b); - Edital Pontos de Cultura 2008-2009; - Edital Patrimônios Vivos.

Fonte: FUNDARPE, 2009

Investimentos por linguagem pelo
FUNCULTURA da produção independente

	2006	2008
Nº de projetos	76	277
Audiovisual	R\$ 529 mil	R\$ 4 milhões
Música	R\$ 600 mil	R\$ 2 milhões
Literatura	R\$ 168 mil	R\$ 1 milhão
Patrimônio	R\$ 198 mil	R\$ 914 mil
Artes Cênicas	R\$ 1 milhão	R\$ 2 milhões
Artes plásticas e gráficas	R\$ 308 mil	R\$ 860 mil
Cultura Popular e artesanato	R\$ 199 mil	R\$ 1,2 milhões

Edital Funcultura 2009 2010 Circulação: 404 ações	
RMR	189
Fernando de Noronha	06
Mata Norte	49
Mata Sul	22
Agreste Setentrional	13
Agreste Central	29
Agreste Meridional	19
Sertão do Moxotó	14
Sertão do Pajeú	24
Sertão de Itaparica	12
Sertão Central	13
Sertão do Araripe	07
Sertão do São Francisco	11
TOTAL	408

Cine Mais Cultura (Parceria MinC / Fundarpe)	
REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO	
Metropolitana	17
Mata Norte	04
Mata Sul	02
Agreste Central	04
Agreste Setentrional	04
Agreste Meridional	01
Sertão do Moxotó	05
Sertão Central	03
Sertão do São Francisco	05
Sertão de Itaparica	01
TOTAL	46

Figura 4 - (a) Funcultura: Investimento por linguagens artísticas;
(b) Quantitativo de projetos aprovados por Região de Desenvolvimento
Fonte: FUNDARPE, 2009

Eixo 4 – Comunicação e difusão cultural

O investimento na difusão cultural dar-se tanto pelo viés institucional, como pela produção independente, como em programas com conteúdos culturais veiculados nas redes de televisão, rádios, sites (Agora Curta, Stereo Clip, Forró Pé de Serra e Ai, Plano Aberto, Sopa Diário, Vozes do Sertão, entre outros). As ações de comunicação e difusão cultural se desdobram, principalmente, a partir da instalação da Rede Digital Cultural e da conexão do portal colaborativo Pernambuco Nação Cultural (<http://www.nacaocultural.pe.gov.br/>) com todo o tecido cultural por linguagens, regiões e comunidades escolares. Outra estratégia é a difusão em rede das ações da efervescência da cultura pernambucana nos meios e sistemas de comunicação através da elaboração de Plano de Mídia para divulgação da produção de bens culturais do Estado.

Considerações finais

Como síntese do acima exposto, nota-se que o Plano de Gestão Pernambuco Nação Cultural reflete uma mudança de mentalidade política em relação à cultura, na medida em que nega a práxis comum nos últimos anos de sua espetacularização como simples produto mercadológico, e trabalha com o patrimônio cultural como elemento de (re)descoberta da identidade dos diversos grupos culturais existentes no estado, exaltando seus valores simbólicos.

A partir da identidade, representada no vocábulo “nação”, é dado ensejo para a cultura ser um dos motes das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Estado.

Parafraseando Luzia Aparecida Ferreira (2009), pode-se afirmar que a nova maneira de pensar a política cultural em Pernambuco passou a incluir todos os envolvidos, alterando o pensamento e a maneira pela qual se propunha a “política para cultura”, passando assim a ser uma “política de cultura”. Na política de cultura é primordial que esteja incluída uma maior participação da sociedade civil, no que concerne tanto à formatação quanto à decisão de quais ações atendem às necessidades reais da comunidade onde será desenvolvida.

Mais importante até, acredita-se, do que a consolidação da política que está se instalando a partir do plano de gestão com a institucionalização da Constituinte Cultural, é a participação da sociedade civil efetiva nesse processo. Esse é, ao fim e ao cabo, o espírito de cidadania que busca o Pernambuco Nação Cultural.

Referência Bibliográfica:

CALÁBRIA, E. M. de M.R., CAMPOS, C.M.M. de Q., PEREIRA, T. de J., ARRUDA, A. K. T.. **A Construção de uma Política Pública de Cultura para o Estado de Pernambuco: a Experiência da Elaboração Participativa dos Planos Regionais de Patrimônio.** In: ARQUIMEMÓRIA 3 - Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado, 2008, Salvador.

FERREIRA, L. A.. Políticas Públicas de Cultura. CALABRE, L..In: **Políticas culturais:** reflexões e ações. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009. p.59-68.

FUNDARPE. **Plano de Gestão Pernambuco Nação Cultural:** consolidando uma política pública de cultura. 3.ed. Recife, PE, 2009. 52 p.

MENEZES, J. L. M.. **Ainda chegaremos lá:** história da FUNDARPE. Recife: FUNDARPE, 2008. 240 p.

PERNAMBUCO (Estado). **Decreto nº 30.391, de 27 de abril de 2007.** Aprova o regulamento da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco -

FUNDARPE, e dá outras providências. Poder Executivo. Recife, PE, 27 abr. 2007.
Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/>>. Acesso em: 24 abr. 2010.